



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 506/12

Altera a Lei nº 6.517/74 e a Lei nº 1.052/52.

**Art. 1º** O inciso XI do art. 7º da Lei nº 6.517, de 2 de janeiro de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º ...

(...)

XI – conceder, permitir e autorizar os serviços de interesse metropolitano, bem como conceder e fiscalizar, observada a legislação pertinente, os serviços públicos inerentes ao transporte intermunicipal de passageiros, de natureza eminentemente urbana, da Região Metropolitana de Curitiba;"

**Art. 2º** O art. 7º da Lei nº 6.517/74, passa a vigorar acrescido deste parágrafo único:

"Art. 7º...

(...)

Parágrafo único. Ato do Chefe do Poder Executivo Estadual fixará os critérios a serem utilizados no edital de concessão referida no inciso XI deste artigo."

**Art. 3º** A alínea "m" do art. 2º da Lei nº 1.052, de 20 de novembro de 1952, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º...

(...)

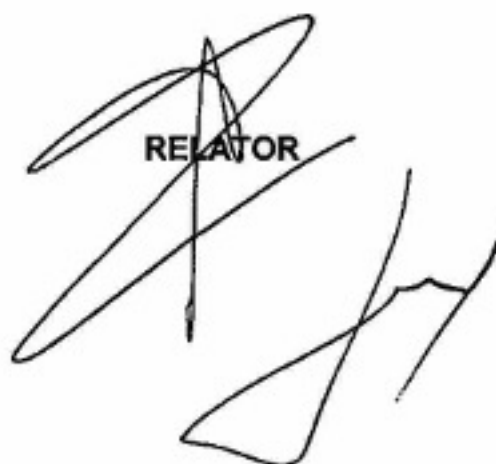
"m) conceder e fiscalizar, de acordo com a legislação respectiva, serviços de transporte coletivo de passageiros nas estradas estaduais no Estado do Paraná, respeitada a competência

dá Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC e observada a respectiva regulamentação;”

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2012.

  
**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**

  
**RELATOR**



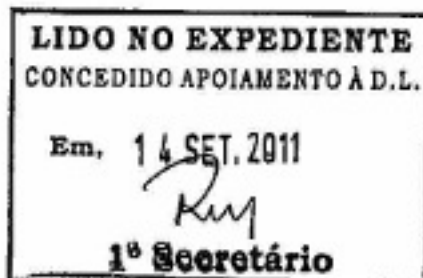


Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 02  
mes



PROJETO DE LEI N.º

748/11

**EMENTA:** Dispõe sobre a Política de Incentivo ao Esporte no Estado do Paraná e dá outras providências.

**CAPÍTULO I**

**DOS PROCEDIMENTOS RELACIONADOS À SECRETARIA ESPECIAL DE ESPORTES DO ESTADO DO PARANÁ**

**Seção I**

**Disposições Preliminares**

Art. 1.º - Fica instituída a Política de Incentivo ao Esporte, na forma disciplinada nesta lei, com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento do desporto, através de patrocínio ou doação de empresas estabelecidas no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 2.º - O incentivo referido no Art. 1.º desta lei consiste em conceder crédito outorgado correspondente ao valor do ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) pertinente ao Tesouro do Estado, a ser destinado pelos respectivos contribuintes a projetos desportivos credenciados pela Secretaria Especial de Esportes do Estado, nos termos e condições estabelecidas pelo Poder Executivo.

§ 1.º - Para fins de apuração da parte do valor do ICMS a recolher que poderá ser destinada aos projetos desportivos de que trata o "caput" deste artigo, serão fixados os percentuais aplicáveis ao valor do saldo devedor do ICMS apurado pelo contribuinte, tendo esses percentuais uma variação de 0,01% (um centésimo por cento) a 3% (três por cento), de acordo com escalonamento por faixas de saldo devedor anual, não ultrapassando o limite de 0,5% (meio por cento) da arrecadação da parte estadual do ICMS no exercício anterior.

Art. 3.º - Recursos serão destinados a projetos desportivos que contemplem atividades sócio-desportivas educacionais, ao desporto e para desporto, concentradas nas seguintes áreas:

I - Área Educacional: projetos voltados como disciplina ou atividade extracurricular desportiva no âmbito da educação básica, fundamental, médio e superior,



# *Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 03

promovendo atividades no contra-turno escolar, objetivando o desenvolvimento integral do indivíduo;

II - Área de Formação Desportiva: projetos voltados para a iniciação e desenvolvimento motor geral de crianças e adolescentes por meio da prática de atividades desportivas e físicas orientadas;

III - Área de Rendimento: projetos que finalizem a formação e iniciem o rendimento desportivo, de forma técnica e metodológica, na área do treinamento desportivo, atendendo equipes e atletas com idade igual ou superior a 14 anos, vinculadas a entidades de práticas desportivas e objetivando a formação e especialização, inclusive de alto rendimento;

IV - Área Sócio-Desportiva: projetos que utilizem o desporto como ferramenta de inserção social, propiciando às pessoas de baixa renda oportunidades para práticas desportivas;

V - Área Participativa: a) projetos voltados para ampla participação de pessoas em eventos desportivos que evitem a seletividade e a hiper competitividade de seus participantes, atendendo crianças, adolescentes, adultos, idosos, pessoas com deficiências, além de modalidades e respectivos públicos que sintetizem atividades físicas representativas de valores da nossa identidade cultural; b) projetos voltados à distribuição gratuita de ingressos para eventos de caráter desportivo e para-desportivo por pessoa jurídica, para integrantes da rede pública de ensino ou a integrantes de comunidade de vulnerabilidade social, devidamente comprovadas na futura prestação de contas;

VI - Área de Gestão e Desenvolvimento Desportivo: projetos voltados a capacitação, treinamento, intercâmbios nacionais e internacionais e bolsas de treinamento, objetivando atender técnicos, atletas e gestores desportivos buscando desenvolver e aperfeiçoar a gestão sobre a administração, técnicas e equipamentos desportivos;

VII - Área de Infra-estrutura: projetos voltados à construção, reformas e adequação de espaços, equipamentos e instalações desportivas, desde que situados em propriedades públicas.

Art. 4.º - Para fins desta Lei conceitualmente considera-se:

I - projeto desportivo - conjunto de ações ordenadas e sistematizadas, desenvolvidas por entidade de natureza desportiva;

II - proponente - pessoa jurídica de direito público ou privado com fins não econômicos de natureza desportiva que captará os recursos e fará a gestão do





projeto, sendo indelegável sua responsabilidade pela apresentação, execução e prestação de contas;

III – gestor técnico-desportivo – profissional de educação física inscrito no Conselho Regional de Educação Física que responderá tecnicamente pela execução do projeto e que será indicado pelo proponente, exceto para projetos inseridos no inciso VII, do artigo 3.º da Área de Infra-estrutura;

IV – patrocinador – pessoa jurídica que aporte recursos oriundos do ICMS para realização de projetos desportivos aprovados pela Comissão Estadual de Incentivo ao Esporte.

## **Sessão II**

### **Da composição da Comissão Estadual de Incentivo ao Esporte**

Art. 5.º - São membros da Comissão Estadual de Incentivo ao Esporte (CEIE):

I – 01 (um) representante da Secretaria de Esportes do Estado do Paraná, indicado pelo respectivo Secretário;

II – 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná, indicado pelo respectivo Secretário;

III – 01 (um) representante da Paraná Esporte, indicado pelo respectivo Diretor-Presidente;

IV – 01 (um) representante dos para-atletas indicado pela Associação dos Deficientes Físicos do Paraná - ADFP;

V – 01 (um) representante dos Clubes Sociais, indicado pelo Sindicato dos Clubes Esportivos de Cultura Física e Hípicos do Estado do Paraná – SINDICLUBES;

VI – 01 (um) representante do Sindicato das Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional do Paraná – SECRASO-PR;

VII – 01 (um) representante da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná – ALEP-PR, indicado por seu presidente;

VIII – 01 (um) representante do Sindicato dos Atletas Profissionais do Paraná – SINDIATLETA;

IX – O Presidente da Comissão de Esportes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.



§ 1.º - Cada entidade relacionada neste artigo, indicará para cada titular, 2 (dois) suplentes para sua vaga, que atuarão no caso de impedimentos legais e eventuais dos mesmos.

§ 2.º - Os membros da Comissão Estadual de Incentivo ao Esporte exercerão mandato de 2 (dois) anos, prorrogáveis por mais 2 (dois) anos.

### **Sessão III**

#### **Da Comissão Estadual de Incentivo ao Esporte**

Art. 6.º - A Comissão Estadual de Incentivo ao Esporte terá as seguintes atribuições:

- I - Análise do projeto apresentado;
- II - Aprovação do projeto;
- III - Fiscalização;
- IV - Exame e aprovação da Prestação de contas.

Parágrafo único - É vedada a apresentação de projetos que prevejam a cobrança de qualquer valor pecuniário aos beneficiários.

Art. 7.º - É vedada a utilização dos recursos captados em:

I - palestras e cursos de temas não relacionados diretamente com atividades desportivas;

II - eventos desportivos cujo título contenha somente o nome de patrocinador;

III - patrocínios em favor de projetos que beneficiem, diretamente, pessoa física ou jurídica vinculada ao patrocinador, como o cônjuge, os parentes até terceiro grau, inclusive os afins, e os dependentes do patrocinador;

IV - pagamento de salário a atletas ou remuneração a entidades de administração ou de prática desportiva de qualquer modalidade;

V - despesas de manutenção de equipes profissionais de alto rendimento ou competições profissionais;

VI - aquisição de espaços publicitários em qualquer meio de comunicação.

Parágrafo único - Eventuais receitas e apoios econômicos mensuráveis que sejam auferidos em razão do projeto a ser incentivado deverão estar contemplados no orçamento do projeto apresentado.



# *Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 06

ODA

Art. 8.º - No âmbito da Secretaria Especial de Esportes do Estado do Paraná fica instituído o Cadastro Geral de Proponentes - CGP, cujos procedimentos de inclusão serão disciplinados por Resolução do Titular da Pasta.

Art. 9.º - A análise e aprovação dos projetos desportivos e paradesportivos apresentados deverão utilizar os seguintes critérios:

I - interesse público e desportivo;

II - atendimento à legislação vigente;

☒ III - qualidade do projeto apresentado e capacidade do proponente para realização do projeto;

IV - compatibilidade e realidade dos custos representados;

V - atendimento às pessoas com deficiência.

§ 1.º - Quando necessário, a CEIE poderá solicitar ao proponente dados complementares ao projeto;

§ 2.º - Serão priorizados projetos que:

1 - apresentarem contrapartida do proponente;

2 - apresentarem documentação comprobatória assegurando a captação do contribuinte patrocinador ao projeto apresentado;

☒ 3 - obedeçam às prioridades anuais para aplicação dos recursos de que trata a presente lei, definidas pelo Poder Executivo;

4 - sejam destinados a comunidades em situação de vulnerabilidade social.

§ 3.º - Somente poderão ser aprovados projetos em que fique demonstrada:

1 - comprovada capacidade técnico-operativa do proponente;

2 - o funcionamento do proponente há, no mínimo, 12 (doze) meses, na data de cadastramento do projeto.

Art. 10 - As reuniões da CEIE serão registradas em atas devendo ser publicado seu conteúdo, com os projetos aprovados, no Diário Oficial do Estado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo único - Caberão recursos das decisões da CEIE, a serem encaminhados ao Secretário da Pasta.



# *Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.  
Fls. 07  
ORT

Art. 11 - A Secretaria Especial de Esportes do Estado emitirá, com base nas decisões da CEIE, o Certificado de Incentivo ao Desporto, contendo a identificação do proponente, a denominação do projeto e sua respectiva área de ação desportiva, data de aprovação e o valor autorizado para captação de recursos.

## **Seção IV Do Incentivo Fiscal**

Art. 12 - Os recursos financeiros correspondentes ao valor do ICMS destinado pelos contribuintes a projetos desportivos deverão ser depositados e movimentados em contas correntes bancárias vinculadas a cada um dos projetos aprovados.

§ 1.º - Para cada projeto deverão ser abertas 2 (duas) contas correntes bancárias, uma destinada a captação dos recursos e outra à sua movimentação.

§ 2.º - Somente poderá transferir recursos da conta de captação para a conta de movimentação o proponente que houver captado ao menos 35% (trinta e cinco por cento) do valor solicitado no projeto.

Art. 13 - Para aberturas de contas correntes bancárias de que trata o artigo 12, bem como para receber o depósito inicial, o titular deverá receber autorização escrita da Secretaria Especial de Esportes do Estado.

Art. 14 - O projeto destinado à obtenção de incentivo fiscal possuirá validade para captação de recursos até 180 (cento e oitenta) dias após o recebimento do Certificado de Incentivo ao Desporto.

Art. 15 - O saldo, eventualmente existente em conta corrente bancária, resultante da finalização ou cancelamento do projeto, deverá ser recolhido ou transferido por mecanismo bancário próprio, em benefício do orçamento da Secretaria Especial de Esportes do Estado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do respectivo projeto.

Parágrafo único - Caso o proponente deseje transferir o saldo de recursos para conta corrente bancária vinculada a outro projeto já aprovado, deverá solicitar por escrito à Secretaria Especial de Esportes do Estado, devendo tal pedido ter a prévia aprovação da empresa patrocinadora e da CEIE.

Art. 16 - Os recursos captados serão considerados patrocínios, sendo vedada à empresa patrocinadora, bem como a seus proprietários, sócios ou diretores, cônjuges e parentes em primeiro grau, participação nos direitos patrimoniais ou na receita resultante da veiculação, comercialização ou disponibilização pública do





# *Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 08

projeto desportivo ou produto dele resultante, inclusive nos 12 (doze) meses que antecedem a data de cadastramento do projeto apresentado.

Art. 17 - Os projetos apresentados não poderão receber recursos de renúncia fiscal de outras fontes sob pena de devolução dos recursos.

Art. 18 - Cada proponente poderá apresentar até 3 (três) projetos para análise.

§ 1º - O percentual máximo do valor captado para despesas administrativas será de 15% (quinze por cento), calculado sobre o valor básico do projeto e por acréscimo.

○ § 2º - Poderão ser incluídas nas despesas administrativas aquelas decorrentes do pagamento de encargos sociais e trabalhistas, de recolhimento obrigatório pelo empregador, em conformidade com a planilha de custos apresentada no cadastramento do projeto.

## **Seção V**

### **Da Prestação de Contas**

Art. 19 - A prestação de contas dos recursos captados deverá ser entregue pelo proponente à CEIE no prazo de 30 (trinta) dias após o encerramento da execução do projeto ou do indeferimento da renovação do prazo de captação parcial.

Parágrafo único - Em resolução própria, o titular da Secretaria Especial de Esportes do Estado estabelecerá as normas para a prestação de contas.

○ Art. 20 - Após 60 (sessenta) dias da entrega da prestação de contas, poderá o proponente apresentar novo projeto, desde que não haja pendência na referida prestação de contas, exceto nos casos de projetos continuados.

§ 1º - Em relação aos projetos continuados com duração igual ou superior a 360 (trezentos e sessenta dias) dias, o proponente deverá prestar contas semestralmente.

§ 2º - A não aprovação da prestação de contas impedirá a aprovação de outro projeto do mesmo proponente.

## **Seção VI**

### **Disposições Gerais**

Art. 21 - Todas as contratações e aquisições obedecerão ao disposto na Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, priorizando-se, sempre que couber, a modalidade de pregão eletrônico.





# *Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 22 - Projetos com mesmo objeto, local e destinação não poderão ser apresentados fragmentados ou parcelados por proponentes diferentes.

Art. 23 - Proponentes inadimplentes e seus responsáveis assim declarados por aplicação inadequada dos recursos recebidos não poderão celebrar qualquer outro ajuste ou receber recursos do Governo do Estado por um período de 8 (oito) anos.

Art. 24 - A Secretaria Especial de Esportes do Estado poderá solicitar a contratação, pelo proponente e as expensas deste, de auditoria independente para análise da execução do projeto ou após sua finalização.

☐ Parágrafo único - O proponente poderá reservar 1% (um por cento) das despesas administrativas para esta finalidade.

Art. 25 - A aprovação de projetos pela CEIE deverá observar o princípio da não concentração por área e por proponente, do montante de recursos e da quantidade de projetos.

Art. 26 - Deverá constar de todo material de divulgação ou indicação dos projetos beneficiados, o logo do Governo do Estado do Paraná, conforme orientação da Secretaria Especial de Esportes do Estado.

Art. 27 - Fica vedada a concessão do incentivo:

I - a projeto desenvolvido em caráter privado e/ou em que haja comprovada capacidade de atrair investimentos;

☐ II - a proponente inadimplente com a Fazenda Pública estadual.

Art. 28 - A Secretaria Especial de Esportes do Estado realizará o acompanhamento e avaliação dos projetos aprovados, bem como disponibilizará na internet a relação de projetos aprovados, contendo:

I - razão social e CNPJ do proponente;

II - nome do projeto;

III - valor autorizado para captação e valor efetivamente captado;

IV - abrangência geográfica e quantitativos de atendimento do projeto.

Art. 29 - Caberá ao Poder Executivo a regulamentação da presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua vigência.



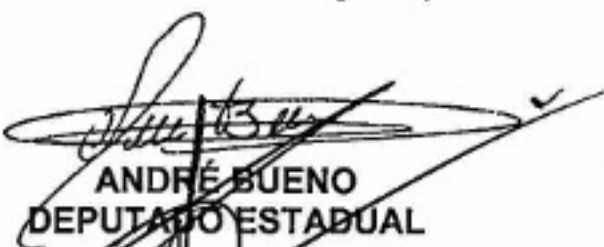
# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná


Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury





Art. 30 - Fica revogada a lei n.º 15.264 de 12 de setembro de 2006 e demais disposições em contrário.

Art. 31 - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

  
ANDRÉ BUENO  
DEPUTADO ESTADUAL

  
NEY DEPREVOST  
DEPUTADO ESTADUAL

  
CESAR SILVESTRI FILHO  
DEPUTADO ESTADUAL

  
RENI PEREIRA  
DEPUTADO ESTADUAL

## JUSTIFICATIVA:

O presente diploma visa reformular e ampliar a abrangência da Lei Municipal de Incentivo ao Esporte, que já beneficiou mais de 16 mil atletas desta Capital, à todo o Estado do Paraná.

Com esta lei tenciona-se proporcionar melhores meios de afastar crianças e adolescentes das ruas, do crime e violência, educando e desenvolvendo-as através da prática esportiva. Trata-se da promoção de hábitos saudáveis, diretamente vinculados aos esportes e oferece perspectiva àqueles que possuem dificuldades de ordem social, para buscar uma vida mais digna.

O incentivo ao esporte tem múltiplos reflexos na economia do Estado, mais diretamente na área da segurança, diminuindo a criminalidade, uma vez que os jovens estão se ocupando com atividades de lazer; e na área da saúde pública, pois o esporte traz melhorias para as defesas do organismo e seu funcionamento em geral, reduzindo o número de enfermidades.

Ademais, estimula-se a responsabilidade social, pois o contribuinte do ICMS que apoiar financeiramente o projeto desportivo devidamente certificado pela Secretaria Especial de Esportes do Estado, será beneficiado com redução do valor a ser recolhido a título do referido imposto.

A fim de evidenciar analogamente a constitucionalidade, bem como elucidar a importância e a generalidade do presente diploma, anexamos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 11

ORT

a esta proposição as Leis que estão vigentes e utilizam recursos provenientes de incentivo fiscal sobre ICMS, em vários outros estados do território nacional, quais sejam:

- Acre;
- Paraíba;
- Bahia;
- Mato Grosso;
- Goiás;
- Rio de Janeiro;
- São Paulo;
- Santa Catarina.

Ante o exposto, esperamos poder contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta importante propositura.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 748/11**

**Projeto de Lei nº 748/11**

**Autor: Deputados Ney Leprevost, André Bueno, Reni Pereira e Cesar Silvestri**

**Súmula:** Dispõe sobre a política de incentivo ao esporte no Estado do Paraná e dá outras providências.

**EMENTA:** RETORNO DE DILIGÊNCIA. TRIBUTOS. ICMS. INCENTIVO AO ESPORTE NO ESTADO DO PARANÁ ATRAVÉS DA APLICAÇÃO DE RECURSOS ORIUNDOS DO ICMS. CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ART. 24; 150 E 155. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 13 E 65. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 24/75. ART. 1º. CONVÊNIO ICMS 141 DE 16/12/2011. AUTORIZA A CONCESSÃO DE CRÉDITO OUTORGADO DO ICMS CORRESPONDENTE AO VALOR DO ICMS DESTINADO PELOS SEUS CONTRIBUINTES A PROJETOS DESPORTIVOS. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Ney Leprevost, André Bueno, Reni Pereira e Cesar Silvestri, tem como finalidade o incentivo ao esporte no Estado do Paraná através da aplicação de recursos oriundos do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e

*Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*

**Concedido vista.**

**Em 07/08/2011**

**Fernando Sc.**  
**CCJ**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A** Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Inicialmente, cumpre salientar que a **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** nos incisos I e IX do artigo 24, estabelece como competência concorrente entre União, Estado e Distrito Federal as leis que disponham sobre o direito tributário e desporto:

**Art. 24.** Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto;





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



No mesmo sentido, os incisos I e IX do artigo 13 da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, assim dispõe:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desportos;

A própria Constituição Estadual, também, garante ao parlamentar o direito à propositura de leis:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Assim sendo, tendo em vista que cabe a esta Casa de Leis dispor sobre Direito Tributário e Desportos, não há óbice quanto à iniciativa legislativa.

Ocorre que o presente projeto de lei além de delegar algumas funções para a Secretaria de Estado da Fazenda, delega algumas funções para a Secretaria Especial de Esportes e para a Paraná Esporte.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Diante de tal fato, a fim de evitar eventual vício de "Inconstitucionalidade" do presente projeto<sup>1</sup> (atribuição de função a Secretaria), no dia 23 de novembro de 2011 através dos Ofícios números 095/11 e 096/11 o projeto de lei foi **baixado em diligência à Secretaria de Estado da Fazenda e Secretaria de Esportes.**

Ora, a Secretaria de Estado da Fazenda, através do Setor Normativo, Inspetoria Geral de Tributação assim se manifestou:

Informação n. 149/2012 IGT

(...)

*Cumpre-nos informar que, com vistas à efetivação dos termos constantes do referido projeto foi celebrado o Convênio ICMS 141, de 16 de dezembro de 2011, a seguir transcrito:*

*Convênio ICMS 141, de 16 de dezembro de 2011.*

*Autoriza a concessão de crédito outorgado do ICMS correspondente ao valor do ICMS destinado pelos seus contribuintes e projetos desportivos.*

*O Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ na sua 144ª reunião ordinária, realizada em São Paulo, SP, no dia 16 de dezembro de 2011, tendo em vista o disposto na*

<sup>1</sup> **Art. 66.** Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



*Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve  
celebrar o seguinte CONVÊNIO*

***Cláusula primeira*** - *Ficam os Estados e o Distrito Federal autorizados a concederem crédito outorgado do ICMS correspondente ao valor destinado pelos respectivos contribuintes a projetos desportivos credenciados pela Secretaria de Estado do Esporte, na forma a ser regulamentada pela legislação estadual.*

*§ 1º O incentivo fiscal de que trata o presente convênio fica limitado a até 0,5% (cinco décimos por cento) da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativa ao exercício imediatamente anterior, relativamente ao montante máximo de recursos disponíveis, a ser fixado em cada exercício pela Secretaria de Estado da Fazenda, para captação aos projetos credenciados pela respectiva Secretaria de Estado do Esporte em cada exercício.*

*§ 2º Para fins de apuração da parte do valor do ICMS a recolher que poderá ser destinada aos projetos esportivos de que trata o caput, serão fixados os percentuais aplicáveis ao valor do saldo devedor do ICMS apurado pelo contribuinte, devendo esses percentuais variar de 0,01% (um centésimo por cento) a 3,0% (três por cento), de acordo com o escalonamento por faixas de saldo do devedor anual.*



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



*Cláusula segunda - Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.*

Desse modo, o presente Projeto de Lei está em consonância com a Lei Complementar Federal n.º 24 de 07 de janeiro de 1975 que afirma categoricamente:

Art. 1º As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta Lei.

Parágrafo único - O disposto neste artigo também se aplica:

(...)

IV - à quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no Imposto de Circulação de Mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus;

Inclusive, este projeto de lei está em consonância com o que determina a Constituição da República Federativa do Brasil, conforme segue:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

§ 6.º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

§ 2.º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

XII - cabe à lei complementar:

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados,

Assim sendo, como o referido projeto de lei obedece as normas legais vigentes, entende-se pela sua constitucionalidade e merece, destarte, sua aprovação nesta Comissão de Constituição e Justiça.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.






*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*




**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 07 de agosto de 2012.

  
**NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**HERMAS BRANDÃO JR**  
**RELATOR**





COMISSÃO DE ESPORTES

**Projeto de Lei nº 748/2011**

**Autoria:** Deputados: Ney Leprevost, André Bueno, Reni Pereira e Cesar Silvestri Filho.

**Súmula:** "Dispõe sobre a política de incentivo ao Esporte no Estado do Paraná e dá outras providências".

**PARECER**

O Projeto de Lei em análise tem como objetivo estimular de forma disciplinada o fortalecimento e desenvolvimento do desporto através de patrocínio e doações de empresas paranaenses.

O patrocínio e as doações propostos pela presente Lei, serão concedidos através de crédito correspondente ao ICMS – Impostos sobre Circulações de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

Os valores que as empresas vão repassar para o esporte, através da Secretaria Especial de Esportes, serão fixados sobre percentuais aplicados ao valor do saldo devedor do ICMS apurado pelo contribuinte, num percentual com variação de 0,01% e 3%.

Os recursos serão destinados a projetos desportivos que contemplem atividades socio-desportivas educacionais, ao desporto e paradesporto nas áreas educacional; de formação desportiva; rendimento; área sócio-desportiva; área participativa; área de gestão e desenvolvimento e área de infraestrutura e setor de gestão técnico-desportivo.

Nos artigos 1º e 2º do presente projeto de lei, lê-se:



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



"Artigo 1º - Fica instituída a Política de Incentivo ao Esporte, na forma disciplinada nesta lei, com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento do desporto, através de patrocínio ou doação de empresas estabelecidas no âmbito do Estado do Paraná".

"Artigo 2º - O incentivo referido no Art. 1º desta lei consiste em conceder crédito outorgado correspondente ao valor do ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) pertinente ao Tesouro do Estado, a ser destinado pelos respectivos contribuintes a projetos desportivos credenciados pela Secretaria Especial de Esportes do Estado, nos termos e condições estabelecidas pelo Poder Executivo".

O contido mais importante está registrado no §1º do artigo 2º que passamos a considerar:

"§ 1º - Para fins de apuração da parte do valor do ICMS a recolher que poderá ser destinada aos projetos desportivos de que trata o "caput" deste artigo, serão fixados os percentuais aplicáveis ao valor do saldo devedor do ICMS apurado pelo contribuinte, tendo esses percentuais uma variação de 0,01% (um centésimo por cento) a 3% (três por cento), de acordo com o escalonamento por faixas de saldo devedor anual, não ultrapassando o limite de 0,5% (meio por cento) da arrecadação da parte estadual do ICMS no exercício anterior".

Digo isto, porque, o presente Projeto foi baixado em diligência à Secretaria de Estado da Fazenda, que através da Inspeção Geral de Tributação – Setor Normativo apresentou cópia do Convênio ICMS 141, firmado no dia 16 de dezembro de 2011, que autoriza a concessão de crédito outorgado do ICMS correspondente ao valor do ICMS destinado pelos seus contribuintes a projetos desportivos, entre os Estados e a União, para que sejam usados em projetos desportivos na forma regulamentada pelos Estados.

## CONSIDERANDO;

- a) Estarem, pois, devidamente pormenorizados no Presente Projeto de Lei nº 748/11, os procedimentos a serem seguidos no que se



refere à aplicação dos recursos financeiros captados, bem como, no que se relaciona à prestação de contas por parte dos beneficiados;

- b) O contido no parecer da Inspeção Geral de Tributação – Setor Normativo da Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná;
- c) O enorme alcance social do presente Projeto de Lei, principalmente, em se considerando o calendário esportivo brasileiro com as Olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016, que exigem inclusive a modernização da legislação de incentivo ao esporte nacional;

Somos de **PARECER FAVORÁVEL**, à aprovação por esta Comissão de Esportes e a sequência da tramitação do presente Projeto de Lei de autoria dos nobres deputados: Ney Leprevost, André Bueno, Reni Pereira e Cesar Silvestri.

Sala das Comissões, em 09 de outubro de 2012.

Deputado ADEMIR BIER

Vice-Presidente (Presidente em Exercício)

Deputada CANTORA MARA LIMA

Relatora

JOÃO GILBERTO

MEINHOS

ALVARO ROCHA



**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E  
IDOSO**

Projeto de Lei Nº 748/2011

**Autores:** Deputado Ney Leprevost,  
Deputado André Bueno, Deputado Reni  
Pereira e Deputado César Silvestri.

O Projeto de Lei nº 748/2011, de autoria dos nobres Deputados acima nomeados, visa incentivar o esporte no Estado do Paraná, mediante a aplicação de recursos advindos do ICMS, a exemplo do que já ocorre em alguns outros Estados da Federação.


O referido projeto já obteve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, baseado em informação da Inspeção Geral de Tributação – Setor Normativo da Secretaria de Estado da Fazenda. Igualmente, recebeu Parecer favorável da Comissão de Esportes desta Casa.



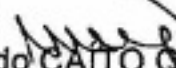


Assim, esta Comissão, considerando os reflexos salutareos que poderão advir da aprovação do presente projeto de lei, manifesta-se FAVORÁVEL à sua normal tramitação.


Sala das Comissões, 26 de novembro de 2012.


  
Deputada ROSE LITRO


Presidente

  
Deputado CAIO QUINTANA

Relator

  
Candeia MOTA LIMA

  
LEONARDO PARANHOS

  
LUCIANA RAFAGNIN

~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI N.º <sup>154</sup> /2012

Súmula: Autoriza a construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs.

**Art. 1.º** Fica autorizada a construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas relacionadas no Anexo único desta Lei, nos Municípios correspondentes, no Estado do Paraná.

**Art. 2.º** As construções das Pequenas Centrais Hidrelétricas relacionadas no Anexo único desta Lei estão sujeitas ao cumprimento das normas ambientais, observadas as legislações municipal, estadual e federal.

**Art. 3.º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de março de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Palácio Iguaçu – Curitiba, 29 de março de 2012  
OF CEE/G 076/12

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 09 ABR. 2012

1º Secretário

I – À DAP para leitura no expediente

II – A D L para providências.

Em, 23/03/2012

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza a construção, no Estado do Paraná, das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs.

Atenciosamente,

  
CARLOS ALBERTO RICH  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

CEE(SRGVF)/JLI

**MENSAGEM N.º 12/12**

Curitiba, 29 de março de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza a construção, no Estado do Paraná, das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs.

Inicialmente, salienta-se que o presente Anteprojeto de Lei busca dar cumprimento ao artigo 209 da Constituição Estadual, que assim dispõe:

**Art. 209.** Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoeletricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembleia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária.

Ainda, cumpre informar que as Pequenas Centrais Hidrelétricas, que se pretende dar autorização para construção, estão devidamente licenciadas pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

thph/Protocolo n.º 07.948.570-5



GOVERNO DO PARANÁ

## PCH'S PARA EMISSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

EMPREENHIMENTO	BACIA	POTÊNCIA	MUNICÍPIOS	EMPREENDEDORES	PROTOCOLO	LICENÇA
PCH das Almas	Turvo	6,4	Doutor Ulysses e Cerro Azul	RDR Energia Ltda	7.245.098-1	29.065
PCH Ribeirão Bonito	Turvo	6,1	Doutor Ulysses e Cerro Azul	RDR Energia Ltda	7.245.360-3	29.063
PCH Cachoeira Brava	Turvo	4	Cerro Azul e Dr. Ulysses	RDR Energia Ltda	5.230.444-0	29.064
PCH Cantu 1	Cantu	15	Nova Cantu, Laranjal e Allamira do Paraná	BRENNAND energia	7.779.495-6	29.066
PCH Cantu 3	Cantu	7	Mato Rico e Palmital	BRENNAND energia	7.779.496-4	29.068

D. L.  
Fls. 05  
JF



GOVERNO DO PARANÁ

PCH Cantu 2	Cantu	Piquiri	18	Nova Cantu, Laranjal, Palmital e Roncador	Plena Energia	5.229.116-0	29.067
CGH Enxadrista	Das Pedras	Paraná	1	Guarapuava	ENERGÉTICA RIO DAS PEDRAS LTDA	7.867.123-8	29.062
CGH São Francisco de Sales	São Francisco	Paraná	1	Clevelândia	Usina Hidrelétrica São Francisco de Sales Ltda	7.906.141-7	29.061
PCH Confluência	Marrecas	Ivaí	19,5	Prudentópolis e Turvo	Confluência Energia	7.373.447-9	29.240
PCH'S PARA EMISSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO							
PCH Rio Bandeirantes do Norte	Bandeirantes do Norte	Pirapó	4,2	Santa Fé	Santa Fé Energética Ltda	7.702.519-7	13.479





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 154/12**

Projeto de Lei nº 154/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 12/12

**Súmula:** Autoriza a construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs.

**EMENTA:** AUTORIZA A CONSTRUÇÃO DAS PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS - PCHS. POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65 E 209 CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTS. 2º E 9º RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IAP Nº 09/10. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa autorizar a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Concedido vista.**

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro

*Em 23/03/12*  
*Tadeu Inácio Bonavasa*  
*Dandu*  
*CCJ*



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Entende-se por Pequena Central Hidrelétrica **PCH** - **Pequena Central Hidrelétrica** - toda usina hidrelétrica de pequeno porte cuja capacidade instalada seja superior a 1MW (um megawatt) e até 30MW (trinta megawatts) e cuja área do reservatório não seja maior que 3 km<sup>2</sup> (300 ha), nos termos do artigo 2º da Resolução Conjunta SEMA/IAP nº 09/2010:

Art. 2º Para efeito desta Resolução entende-se por:

b. PCH - Pequena Central Hidrelétrica - é toda usina hidrelétrica de pequeno porte cuja capacidade instalada seja superior a 1MW (um megawatt) e até 30MW (trinta megawatts) e cuja área do reservatório não seja maior que 3 km<sup>2</sup> (300 ha), ou assim definidas pela ANEEL, conforme Resolução nº 652 de 09 de dezembro de 2003. (grifo nosso)

Ainda, a Resolução supramencionada dispõe que empreendimentos caracterizados como Pequena Central Hidrelétrica - PCH necessitam para obter a licença de instalação de diversos documentos, entre eles a autorização da Assembléia Legislativa:

Art. 9º Empreendimentos caracterizados como CENTRAL GERADORA HIDRELÉTRICA - CGH e como PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA - PCH, com potência instalada de até 10 MW, deverão efetuar o requerimento de licenciamento ambiental da sua unidade geradora de energia através dos documentos dispostos no Art. 8º, acrescidos dos seguintes documentos:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



II LICENÇA DE INSTALAÇÃO - LI

a) Cadastro de Obras Diversas - COD;

b) Aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme Art. 209 da Constituição Estadual;

c) Despacho da ANEEL aprovando o Projeto Básico, no caso de PCH;

d) Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais - RDPA;

e) Apresentação da outorga prévia dos recursos hídricos;

f) Apresentação do pedido (protocolo) de autorização para supressão vegetal emitido pelo órgão competente, caso se aplique;

g) Apresentação do pedido (protocolo) de autorização para manejo (estudos e resgate) da fauna emitida pelo órgão competente; (grifos nossos)

Neste sentido, a Constituição Estadual estabelece em seu artigo 209 que a construção de centrais termelétricas e hidrelétricas dependerá da aprovação desta Assembléia Legislativa:

Art. 209. Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoelétricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembléia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.


Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.


**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões,

de abril de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ADEMAR TRAIANO  
RELATOR



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 154/2012

Projeto de Lei nº 154/2012 – Mensagem nº 12/12  
Autor: Poder Executivo

**Súmula: Autoriza a construção das pequenas centrais hidrelétricas – PCHs.**

### I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 154/2012, de autoria do Poder Executivo autoriza a construção de pequenas centrais hidrelétricas – PCHs, em municípios no Estado do Paraná.

### II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 154/2012**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva dar cumprimento ao artigo 209 da Constituição Estadual, a qual observa a necessidade de um projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembleia Legislativa para a construção de centrais termoeletricas e hidrelétricas. Este projeto traz ainda os protocolos de licenciamento solicitados ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP), vindo de encontro à necessidade e ao interesse da população, já que desta forma consegue-se dar subsídio em infraestrutura para as comunidades locais, com um tipo de energia mais barata e menos agressiva ao meio ambiente do que em casos como a utilização de petróleo ou carvão.

Cumpra a nós destacar que “*Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos*”, nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**



Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância de tal projeto apresentado. O **Projeto de Lei 154/12** em análise desta Comissão, no que justifica-se, está adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos no que se refere ao seu mérito para seguir sua tramitação.

DL  
Fls. 22  
X

### III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, relevamos o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum. *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"* (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

O presente projeto de lei visa dar cumprimento ao artigo 209 da Constituição Estadual, uma relação dos poderes do Estado em benefício único e exclusivo da população.

### IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais já analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta trará grandes benefícios aos moradores das localidades citadas, não encontrando óbices em seu mérito.

Desta forma opto pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 154/2012**, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação  
Sala das Comissões em 14 de Maio de 2012

MARCELO RANGEL  
Presidente da Comissão

Adelino Ribeiro  
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura – 1ª e 2ª Sessões Legislativas

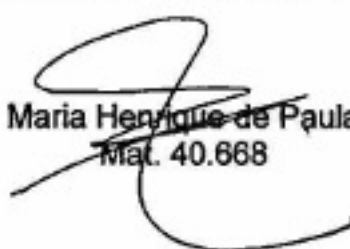


Diretoria Legislativa


Senhor Diretor,

Informo que o Projeto de Lei nº 154/2012, de autoria do PODER EXECUTIVO – Mensagem nº 012/2012, recebeu pareceres favoráveis nas Comissões de Constituição e Justiça – CCJ, Comissões de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, e encontra-se em condições de prosseguir na sua tramitação.

Diretoria Legislativa, em 22 de maio de 2012.

  
Maria Henrique de Paula  
Mat. 40.668

1. Ciente;
2. Encaminhe-se à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente - CEMA.

  
Mauro Ribeiro Borges  
Diretor Legislativo



## COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

### **Parecer ao Projeto de Lei nº 154/2012.**

**Súmula: Projeto de Lei nº 154/2012 –**  
Autoriza a construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs.

Trata-se de Projeto de Lei que autoriza a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, beneficiando comunidades locais com o fornecimento de energia.

Ressalta-se que o referido Projeto de lei já recebeu pareceres favoráveis tanto da Comissão de Constituição e Justiça, quanto da Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação, conforme documentos anexados ao processo.

Verifica-se, ainda, que o Projeto de Lei em tela tem por objetivo a concessão de autorização para a construção de 10 (dez) PCHs, sendo que 9 (nove) delas encontram-se com Licença Prévia junto ao IAP e uma já se encontra com a Licença de Instalação.

No que tange a competência regimental desta Comissão, para a elaboração de um parecer adequado e consistente, é necessário que, antes, seja avaliado o real impacto ambiental referente às PCHs, visto que não pode ser verificado e constatado de pronto. Para tanto, é indispensável a remessa do presente à Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, para o fornecimento de documentos e resposta à algumas questões, ambos listados abaixo, bem como outras considerações que entender serem necessárias.

#### Documentos:

1. Apresentação de estudo e avaliação estratégica da bacia hidrográfica de cada rio aprovado pelo IAP;
2. Cópia dos convênios com os municípios sobre as áreas afetadas;
3. Apresentar Registro na ANEEL de cada Projeto Básico desenvolvido;

#### Levantamentos:

1. Qual a situação atual da análise do Plano Básico por parte da Superintendência de Gestão e Estudos Hidroenergéticos - SGH da ANEEL?

7

*Ch*

*[assinatura]*



2. Quais foram os dados levantados para elaboração dos estudos básicos de cada PCH? Houve interação com a ANEEL, paralelamente à elaboração do EIA/RIMA, em relação aos itens abaixo?

- 2.1 - Estudo energético de cada PCH;
- 2.2 - Estudos ambientais;
- 2.3 - Negociação com os proprietários onde serão Instaladas as PCHs;
- 2.4 - Estudos de interligação;
- 2.5 - Detalhamento do projeto;

3. Qual o potencial de cada PCH proposta?

4. Quais são as PCHs cuja geração de energia é para consumo próprio ou para venda ao sistema energético brasileiro?

☐ 4. Com o orçamento apresentado fica provado, em cada investimento, a viabilidade sócio-ambiental?

5. Quais os Termos de Referência Ambiental definida para cada uma das PCHs?

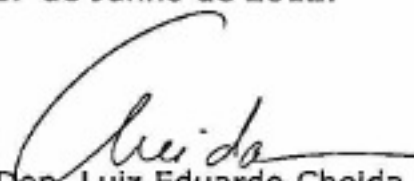
6. Em que data foi solicitada a Licença Prévia ao IAP e qual a de sua emissão, para cada empreendimento?


7. Há demandas judiciais, especialmente ações civis públicas em curso ou procedimento investigatório pelo Ministério Público, contra a construção de alguma PCH relacionada no anexo do Projeto de Lei?

Atendidas as diligências, retorne-se para a emissão dos pareceres desta Comissão,

☐ Cordialmente

Sala das comissões, 27 de Junho de 2012.

  
Dep. Luiz Eduardo Cheida  
Relator

  
Dep. Rasca Rodrigues  
Presidente em exercício




*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Ecologia e Meio Ambiente*

36



**PARECER**

**Projeto de Lei nº 154/2012**

**Autor: Poder Executivo**

**Súmula:** Dispõe sobre a  
autorização para a Construção de  
Pequenas Centrais Hidrelétricas -  
PCH'S.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo do Estado do Paraná, dispõe sobre a autorização para a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH'S, nos Municípios que especifica, no âmbito do Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Preliminarmente, há que se ressaltar a competência da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, em consonância ao disposto no artigo 33 - K, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos seguintes termos:

*Art.33- K Compete à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente manifestar-se sobre as proposições que interfiram ou alterem o meio ambiente, assim como aquelas pretendam dispor sobre a*



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Ecologia e Meio Ambiente*



*conservação da natureza e evitar a depredação dos recursos naturais.*

Pois bem, o Projeto em análise prevê a autorização para construção de 10 (dez) Pequenas Centrais Hidrelétricas que implicam em alteração do curso natural dos rios do Paraná, além de causar o impacto da flora e da fauna locais.

Em que pese, a necessidade da geração energia para o desenvolvimento econômico, premente são as condições de preservação e proteção do meio ambiente, especialmente da água, recurso escasso em todo o planeta.

Cumprir dizer que a Constituição da República do Brasil, cuidou das questões do Meio Ambiente, em capítulo próprio, nos seguintes termos:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Ecologia e Meio Ambiente*



II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

○ IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

○ VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Ecologia e Meio Ambiente*



39  
H

§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º - São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

○ § 6º - As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

Da mesma forma, a Constituição do Paraná também se ateve ao tema:

○ **Art. 207.** Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos Municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.

§ 1º. Cabe ao Poder Público, na forma da lei, para assegurar a efetividade deste direito:

I - estabelecer, com a colaboração de representantes de entidades ecológicas, de trabalhadores, de empresários e das universidades, a política estadual do meio ambiente e instituir o sistema respectivo constituído pelos órgãos do Estado, dos Municípios e do Ministério Público;



**II** - atribuir, ao órgão responsável pela coordenação do sistema, a execução e fiscalização da política e a gerência do fundo estadual do meio ambiente;

**III** - determinar que o fundo estadual do meio ambiente receba, além dos recursos orçamentários próprios, o produto das multas por infrações às normas ambientais;

**IV** - instituir as áreas a serem abrangidas por zoneamento ecológico, prevendo as formas de utilização dos recursos naturais e a destinação de áreas de preservação ambiental e de proteção de ecossistemas essenciais;

**V - exigir a realização de estudo prévio de impacto ambiental para a construção, instalação, reforma, recuperação, ampliação e operação de atividades ou obras potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, do qual se dará publicidade; (grifo nosso)**

**VI** - exigir a análise de risco para o desenvolvimento de pesquisas, difusão e implantação de tecnologia potencialmente perigosa;

**VII** - determinar àquele que explorar recursos minerais a obrigação de recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente;

**VIII** - regulamentar e controlar a produção, a comercialização, as técnicas e os métodos de manejo e utilização das substâncias que comportem risco para a vida e para o meio ambiente, em especial agrotóxicos, biocidas, anabolizantes, produtos nocivos em geral e resíduos nucleares;

**IX** - informar à população sobre os níveis de poluição e situações de risco e desequilíbrio ecológico;



**X** - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

**XI** - incentivar a solução de problemas comuns relativos ao meio ambiente, mediante celebração de acordos, convênios e consórcios, em especial para a reciclagem de resíduos;

**XII** - promover o controle, especialmente preventivo, das cheias, da erosão urbana, periurbana e rural e a orientação para o uso do solo;

**XIII** - autorizar a exploração dos remanescentes de florestas nativas do Estado somente através de técnicas de manejo, excetuadas as áreas de preservação permanente;

**XIV** - proteger a fauna, em especial as espécies raras e ameaçadas de extinção, vedadas as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica ou submetam os animais à crueldade;

**XV** - proteger o patrimônio de reconhecido valor cultural, artístico, histórico, estético, faunístico, paisagístico, arqueológico, turístico, paleontológico, ecológico, espeleológico e científico paranaense, prevendo sua utilização em condições que assegurem a sua conservação;

**XVI** - monitorar atividades utilizadoras de tecnologia nuclear em quaisquer de suas formas, controlando o uso, armazenagem, transporte e destinação de resíduos, garantindo medidas de proteção às populações envolvidas;

**XVII** - estabelecer aos que, de qualquer forma utilizem economicamente matéria-prima florestal, a obrigatoriedade, direta ou indireta, de sua reposição;





22

**XVIII** - incentivar as atividades privadas de conservação ambiental;

**XIX** - declarar, como área de preservação permanente, o remanescente das matas ciliares dos mananciais de bacias hidrográficas que abastecem os centros urbanos.

**§ 2º.** As condutas e atividades poluidoras ou consideradas lesivas ao meio ambiente, na forma da lei, sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas:

**I** - a obrigação de, além de outras sanções cabíveis, reparar os danos causados;

**II** - a medidas definidas em relação aos resíduos por elas produzidos;

**III** - a cumprir diretrizes estabelecidas por órgão competente.

**§ 3º. As empresas que desenvolvam atividades potencialmente poluidoras, ou atividades que provoquem outras formas de degradação ao meio ambiente de impacto significativo, deverão por ocasião do registro de seus atos constitutivos na Junta Comercial, bem como, quando da criação de novas filiais ou novos empreendimentos, apresentar a licença ambiental emitida pelo órgão competente.** (grifo nosso)  
(Incluído pela Emenda Constitucional 12 de 10/12/2001)

**§ 4º.** A lei disporá especificamente sobre a reposição das matas ciliares.  
(Renumerado pela Emenda Constitucional 12 de 10/12/2001)

**§ 5º.** É vedado o fornecimento de "habite-se", por parte dos Municípios:  
(Incluído pela Emenda Constitucional 18 de 08/11/2006)

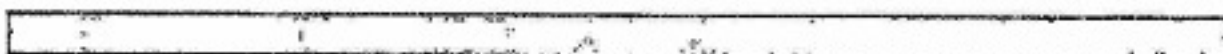


**I** - sem a comprovação de existência de fossa séptica para os imóveis não assistidos por rede coletora de esgoto;  
(Incluído pela Emenda Constitucional 18 de 08/11/2006)

**II** - sem a certificação da responsável pela rede de coleta e afastamento de esgotos sanitários domésticos, da ligação direta na rede coletora, quando esta existir.  
(Incluído pela Emenda Constitucional 18 de 08/11/2006)

**Art. 208.** São indisponíveis as terras devolutas ou as arrecadadas pelo Estado, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

**Art. 209.** Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoelétricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembleia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária.



Desta feita, o projeto de lei carece de informações exigidas pela Constituição Federal e pela Constituição do Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça, desta Assembleia Legislativa, através do Parecer de fls. 15/19, destes autos de protocolo 1981/12- DAP, citou a Resolução Conjunta SEMA/IAP Nº 09/2010, que assevera quais os requisitos para a instalação de PCH'S. Vejamos as exigências da Resolução, contida 9º:





- a) Cadastro de Obras Diversas – COD;
- b) Registro do empreendimento, emitido pela ANEEL, no caso de CGH;
- c) Despacho da ANEEL aprovando os Estudos de Inventário Hidrelétrico no caso de PCH;
- d) Despacho da ANEEL contendo o aceite ou autorização do Projeto Básico para análise, no caso de PCH;
- e) Relatório Ambiental Simplificado – RAS;
- f) Apresentação do pedido (protocolo) de outorga prévia dos recursos hídricos ao órgão competente.

Entretanto, a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, não se ateve no cerne das exigências da **Licença Prévia**, que é o passo inicial e crucial para o processo de licenciamento.

Note-se que a CCJ ateve-se ao segundo passo, que seria a **licença de instalação**, esquecendo-se das exigências para o **licenciamento prévio**, que estão na Resolução nº 009/2010 da SEMA/IAP. Vejamos:

- a) Requerimento de Licenciamento Ambiental – RLA;
- b) Memorial Descritivo do Empreendimento;



205

c) Anuência Prévia do Município em relação ao empreendimento, declarando

expressamente a inexistência de óbices quanto à lei de uso e ocupação do solo e a legislação de proteção do meio ambiente municipal, conforme modelo disposto na

Resolução CEMA nº 065/2008;

d) Prova de publicação de súmula do pedido de Licença Prévia em jornal de circulação

regional e no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;

e) Comprovante de recolhimento da Taxa Ambiental de acordo com as Tabela I (procedimentos administrativos) e Tabela III (análise técnica dos estudos) da Lei Estadual nº 10.233/92;

f) Apresentação de cópia da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados.

Dadas todas essas referências de legislação citadas, a Comissão de Meio Ambiente, solicitou em 04 de julho de 2012, informações à Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, através dos autos de protocolo 11.514.519-3, para melhor instruir o Parecer da Comissão, contendo o seguinte:



1 - Apresentação de estudo e avaliação estratégica da bacia hidrográfica de cada rio, aprovado pelo IAP? Quando se deu o início dos estudos?

2 - Cópia dos convênios, com as respectivas anuências, dos municípios, sobre as áreas afetadas;

3 - Qual o potencial de cada PCH proposta? Qual a avaliação da viabilidade?

4 - Quais são as PCHs cuja geração de energia é para consumo próprio ou para venda ao sistema energético brasileiro?

5 - Qual o orçamento estimado de cada PCH? Após a apresentação do orçamento, ficou provado, a viabilidade econômica, ambiental e social de cada empreendimento?

6 - Apresentar Registro na ANEEL de cada projeto básico desenvolvido;

7 - Quais foram os dados levantados para elaboração dos estudos básicos de cada PCH? Houve interação com a ANEEL, paralelamente a elaboração do EIA/RIMA, em relação aos seguintes itens?

7.1 - Estudo energético de cada PCH;

7.2 - Estudos ambientais;

7.3 - Negociação com os proprietários onde serão instaladas as PCHs;

7.4 - Estudos de interligação;

7.5 - Detalhamento do projeto;

8 - Quais os Termos de Referência Ambiental definida para cada uma das PCHs?



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Ecologia e Meio Ambiente*



9 - Fornecimento de cópia dos estudos dos impactos ambientais e das audiências públicas realizadas em cada um dos municípios impactados;

10 - Em que data foi solicitada a Licença Prévia ao IAP e qual a da emissão da mesma, para cada empreendimento?

11 - Se há demandas judiciais, especialmente ações civis públicas em curso ou procedimento investigatório pelo Ministério Público, contra a construção de alguma PCH relacionada no anexo do projeto de lei?

As informações de autoria da Chefia de Gabinete do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, foram enviadas pela SEMA, com data de 09 de novembro passado ao Deputado Rasca Rodrigues.

Este relator tomou conhecimento das respostas por intermédio de e-mail enviado pela SEMA somente no dia 20/11/2012.

Após análise das respostas, constatou-se que estas não são esclarecedoras, inespecíficas, imprecisas e contraditórias, além de que, sugerem a esta Casa de Leis que em caso de dúvida, acesse determinados sites, tais como, do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, ANEEL e Ministério Público.

A afirmativa de que as respostas enviadas pela SEMA **não são esclarecedoras**, ao ponto de meramente sugerir consulta a sites.

As respostas **não específicas**, visto que CEMA, pontuou as questões que necessitava para exarar Parecer e não foi entregue que nenhum documento oficial e comprobatório



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Ecologia e Meio Ambiente*



instruiu o Projeto de Lei, além de que não como há como aferir sua autenticidade.


As respostas da SEMA/IAP **são contraditórias**, como por exemplo, a CEMA questionou a viabilidade sócio-ambiental de cada empreendimento, a informação diz "a questão não diz respeito ao IAP e sim à ANEEL não sendo fator determinante ao licenciamento. Todavia, quando perguntado sobre quais os termos de referência ambiental para cada PCH, a informação da SEMA/IAP, diz "todas as questões de natureza sócio-ambiental foram avaliadas nos dados e estudos apresentados".

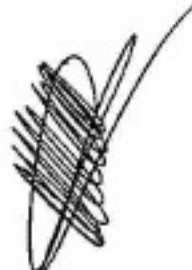



Assim sendo, por absoluta desobediência as Constituições do Brasil e do Paraná, das legislações infra constitucionais, por falta de documentação comprobatória que assegurem a proteção ambiental, este Relator é **contrário** à autorização para a construção da PCH'S, até que se demonstre o cumprimento das exigências das leis e normas ambientais.

Cumprir dizer que, além da responsabilidade da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente com a proteção ambiental e com a população do Paraná, há entendimentos jurídicos, sentenças e doutrina, imputando aos parlamentares responsabilidade civil por ato do Poder Legislativo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 2012

  
**DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEIDA**  
**RELATOR**

  
  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 154/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, examinar a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 012/12 que objetiva autorizar a construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, nos municípios que especifica, no âmbito do Estado do Paraná.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente **parecer favorável**. Ato Continuo a matéria foi encaminhada à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação e após sua análise emitiu o devido **parecer favorável**. Já a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente por meio de seu relator Deputado Luiz Eduardo Cheida exarou o devido **parecer contrário**.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, constatamos que o Poder Executivo detém a competência para iniciar propostas dessa natureza.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seu art. 65, ressalta que o Poder Executivo detém a competência para propor tal Projeto de Lei. Já o art. 209 do mesmo Diploma Legal determina que a construção de centrais termelétricas e hidrelétricas depende da aprovação da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Vale ressaltar que, não há que se falar em impacto financeiro-orçamentário, tendo em vista que não será aplicado dinheiro público na construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs.






ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 27/11/12

  
DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FRANCISCO BUHRER  
RELATOR







**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**PROJETO DE LEI 566/12**

**Súmula:** Institui a Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias do Estado do Paraná, administradas pelo DER – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

**SEÇÃO I**

**Da Incidência**

**Art. 1º.** A Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias - TFDER é devida pelo exercício regular do poder de polícia do DER-PR relativo à fiscalização e ao controle do uso ou ocupação da faixa de domínio de rodovias sob sua responsabilidade, visando garantir a segurança do trânsito rodoviário, a preservação do meio ambiente e do patrimônio público, nas seguintes hipóteses:

I - ocupação de faixa transversal ou longitudinal ou de área para a instalação de linha ou rede de transmissão ou distribuição de energia elétrica ou de comunicação, inclusive cabo de fibra ótica ou assemelhados, de rede de adução, emissão ou distribuição de água e esgoto, redes de drenagem, de gasoduto, oleoduto, poliduto e tubulações diversas;

II - instalação nas faixas de domínio de dispositivo visual (anúncios) por qualquer meio físico, tal como painéis simples (outdoor), engenhos de publicidade iluminados (back-light, front-light), painéis eletrônicos, placas de indicação do sentido e distância, anúncios em equipamentos auxiliares, tais como cabinas telefônicas, abrigos de parada de ônibus, passarelas, praças de pedágio, instalações operacionais, postos de pesagem, bases de apoio, postos de informações e outros.

**§ 1º.** O fato gerador da TFDER ocorre:



I - no início do uso ou ocupação para novos empreendimentos;

II - anualmente, no dia 1º de janeiro, relativamente aos exercícios posteriores após o início do uso ou ocupação;

III - O pagamento da TFDER, para empreendimentos implantados, poderá ocorrer do dia 1º de janeiro até o último dia útil do mês de março do ano corrente a que se refere.

§ 2º. A receita proveniente da arrecadação da TFDER fica vinculada ao DER-PR, constituindo receita própria da Autarquia.

## **SEÇÃO II**

### **Das Isenções**

Art. 2º - São isentos da TFDER:

I - placas de indicação de sentido e distância com o nome de estabelecimentos comerciais, industriais, prestador de serviços ou produtor rural às margens da rodovia, considerados como atividades auxiliares aos usuários da rodovia;

II - Acessos a propriedades lindeiras às rodovias.

## **SEÇÃO III**

### **Da Base de Cálculo**

Art. 3º. A TFDER tem por base de cálculo valores em Unidade Padrão Fiscal do Paraná, consoante cada situação abaixo especificada:

I - ocupação da faixa longitudinal ou transversal - no valor de 110 UPF/PR por quilômetro linear;

II - anúncios 4 UPF/Pr por m² e painel eletrônico 8 UPF/PR.

## **SEÇÃO IV**

### **Dos Contribuintes**

Art. 4º. Contribuinte da TFDER é a pessoa física ou jurídica que venha a usar ou ocupar a faixa de domínio de rodovia sob responsabilidade do DER-PR.

**Parágrafo único.** O contribuinte do TFDER deverá apresentar obrigatoriamente demonstrativo físico das ocupações implantadas, no prazo de até 90 dias após a publicação da presente lei.



## **SEÇÃO V** **Da Forma de Pagamento**

**Art. 5º.** A TFDER será recolhida mediante guia de recolhimento padrão do DER-PR, a ser disponibilizada ao contribuinte.

## **SEÇÃO VI** **Dos Prazos de Pagamento**

**Art. 6º.** A TFDER será exigida na forma e no prazo estabelecidos em regulamento.

## **SEÇÃO VII** **Da Fiscalização**

**Art. 7º.** A fiscalização da TFDER compete ao DER-PR.

## **SEÇÃO VIII** **Das Penalidades**

**Art. 8º.** A falta de pagamento da TFDER ou seu pagamento a menor ou intempestivo acarretará, na forma do regulamento, a aplicação de multa de 10% sobre o valor da taxa anual, e será atualizado pela SELIC (Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia), calculada do dia imediatamente posterior ao vencimento da dívida até o dia do efetivo pagamento, ou em havendo auto de infração, da data em que não couber mais recurso administrativo.

**Parágrafo único.** Sujeita-se a multa de 100% (cem por cento) do valor da taxa devida quem utilizar documento relativo a recolhimento da TFDER com autenticação falsa ou mediante qualquer tipo de fraude.

## **Seção IX** **Do Lançamento Tributário**

**Art. 9º.** O Lançamento Tributário da TFDER será de Ofício, por iniciativa do DER-PR, ou por meio de Autolancamento, em procedimento de iniciativa do contribuinte para a constituição do crédito tributário, nos termos do Regulamento.




**Seção X**  
**Das Disposições Gerais**

**Art. 10.** A presente Lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias contados da sua publicação.

**Art. 11.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, inclusive a Lei nº 16.755, de 29 de dezembro de 2010.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 12 de novembro de 2012.



CARLOS ALBERTO RICH  
GOVERNADOR DO ESTADO

MENSAGEM  
Nº 074 /2012

Curitiba, 12 de novembro de 2012



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 13 NOV 2012

*Ruy*  
**1º Secretário**

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências

Em, 12/11/2012

*Horv*  
Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que institui a Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias do Estado do Paraná, administradas pelo DER – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná.

A instituição da Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio é necessária para controle do uso por parte dos particulares, unificando os procedimentos que resguardem a segurança dos prestadores de serviço, seus empreendimentos e dos usuários das rodovias.

Atualmente praticamente todos os prestadores de serviço de telefonia, energia, gás, petróleo, água e saneamento, além das empresas de publicidade, utilizam as faixas de domínio das rodovias estaduais. Essa utilização precisa ser organizada e controlada por um órgão público, que no caso, pela legislação estadual, é a Autarquia DER/PR.

Sem controle e organização os empreendimentos correspondentes poderiam sofrer riscos e danos em razão das obras realizadas para sua implementação ao longo da faixa de domínio das rodovias.

Ao mesmo tempo, existe o risco de dano ao meio ambiente, a necessidade de manutenção e ampliação da faixa de domínio, bem como sua utilização racional pelos espaços publicitários, dentro das normas de segurança de tráfego.

O DER/PR já dispõe de um eficiente sistema de controle de uso da faixa de domínio, e já normatizou sua utilização com procedimentos apropriados para garantir segurança aos empreendimentos.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 7.991.798-2





Cada prestador de serviço (telefonia, água e saneamento, gás, petróleo e seus derivados, etc) já tem um espaço definido na faixa de domínio, o que poderá evitar danos em razão das obras realizadas para implantação de outros empreendimentos.


No entanto, grande parte dos prestadores de serviço, especialmente os Estatais, não se submetem a tais normativas, ocasionando grandes transtornos para a Autarquia, porque não há total controle do uso da faixa de domínio. Já ocorreu implantação de empreendimentos novos sem o conhecimento e análise técnica da Autarquia, o que coloca em risco os demais empreendimentos ou novas obras.

Dessa forma, vários outros Estados, a exemplo de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo e Goiás, já instituíram leis para regulamentar o uso da faixa de domínio, similares à do Paraná, porém há questionamentos no Poder Judiciário quanto a natureza jurídica dessas normas estaduais.

A instituição da Taxa de Fiscalização resolverá a controvérsia acerca da natureza jurídica da cobrança, que deixará de ser INDENIZATÓRIA para tornar-se TRIBUTÁRIA. Não haverá cobrança pelo uso da faixa de domínio, mas pela fiscalização que regulamentará o uso desse bem público.

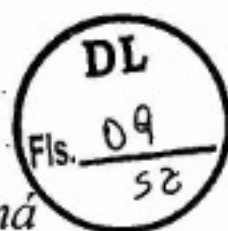
Vale destacar que os prestadores de serviços devem pagar taxas pela fiscalização porque as faixas de domínio são bens públicos que a todos pertencem, mas que não são utilizadas por todos.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
CARLOS ALBERTO RICH  
GOVERNADOR DO ESTADO



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 566/2012**

Projeto de Lei nº. 566/2012

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 074/12

**Súmula:** Institui a Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias do Estado do Paraná, administradas pelo DER – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná.

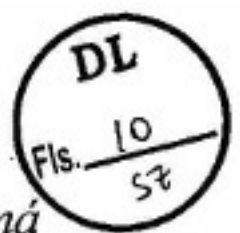
**EMENTA:** TAXA DE LICENCIAMENTO. USO OU OCUPAÇÃO DA FAIXA DE DOMÍNIO DAS RODOVIAS DO ESTADO DO PARANÁ ADMINISTRADAS PELO DER – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ARTS. 24, 145 DA CF. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade instituir a Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias do Estado do Paraná, administradas pelo DER – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**  
I – emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

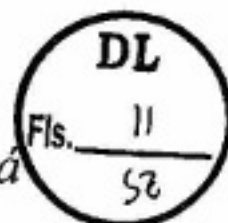
Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

**Art. 65.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

**Art. 66.** Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

...

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

**Art. 87.** Compete privativamente ao Governador:  
(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei; uma vez



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



que está realizando uma atribuição a um órgão da administração pública, qual seja, DER – Departamento de Estradas e Rodagem.

Ademais, com relação a instituição da Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias, deve ser observado o art. 24, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil:

**Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:**

**I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;**

Inclusive, a própria Constituição Federal assim determina em seu art. 145, inciso II:

**Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:**

**(...)**

**II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;**

Assim sendo, vislumbra-se que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para a propositura do presente Projeto de Lei.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Destarte, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


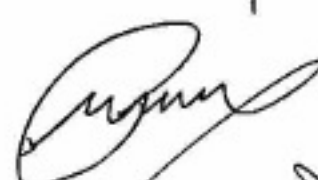



Sala das Comissões, 19 de setembro de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

  
DEPUTADO NEREU MOURA

RELATOR

  
  
  
  
  
**APROVADO**

*unânime* 19.11.12





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 566/12**

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo Regimento Interno, examinar a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 074/12 que institui a Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias do Estado do Paraná, administradas pelo DER- Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida à análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 66 e 87, ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Já, a Constituição Federal em seu art. 24, inciso I, assegura aos Estados a competência para tratar de assuntos dessa natureza, já o art. 145, inciso II, do mesmo diploma legal, disciplina a instituição de tributos.

Denota-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere aos ditames da Lei Complementar Federal nº 101/00. (Lei de Responsabilidade Fiscal).




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

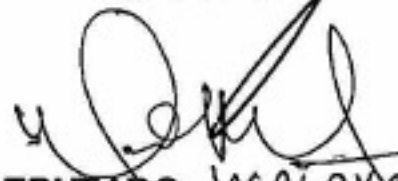
DL  
Fls. 18  
52

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 20/11/12

  
DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO WALDYR PUELESI  
RELATOR




## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 566/2012

Projeto de Lei nº 566/2012 – mensagem nº 074/12  
Autor: Poder Executivo

**Súmula:** Institui a taxa de licenciamento para uso ou ocupação da faixa de domínio das rodovias do Estado, administradas pelo Departamento de Estradas em Rodagem do Paraná.

### I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 566/12, de autoria do Poder Executivo institui a taxa de licenciamento para uso ou ocupação da faixa de domínio das rodovias do Estado, administradas pelo Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná.

### II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 566/2012**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto visa controlar o uso da faixa de domínio por parte dos particulares, unificando os procedimentos que resguardem a segurança dos prestadores de serviço, seus empreendimentos e dos usuários das rodovias.

Destacamos a importância de frisar que essa taxa será apenas de fiscalização, para facilitar a normatização e regulamentação do uso das faixas de domínio das rodovias.

Cumpra a nós destacar que "Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no **Art. 33-F do Regimento Interno desta Casa de Leis**.

### III - CONCLUSÕES

O presente projeto de lei que visa instituir a taxa de fiscalização para uso ou ocupação da faixa de domínio das rodovias do Estado, administradas pelo Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná, ganha peso em seu mérito, vindo de encontro à normatização e à segurança nas rodovias.

Desta forma, destacamos a importância de tal proposição, já que Estados como Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Goiás já instituíram leis semelhantes para regulamentação. O **Projeto de Lei 566/12** em análise desta Comissão, no que justifica-se, está adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos para sua tramitação.


### IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta não encontra óbice para sua tramitação.

Desta forma opto pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 566/2012**, em forma da **EMENDA MODIFICATIVA** anexo apresentada.

**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.**

**Sala das Comissões em 21 de Novembro de 2012.**

  
**Marcelo Rangel**

**Presidente da Comissão**

  
**Francisco Buhrer**

**Relator**



*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação*

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI 566/12**


Em conformidade com o que preconiza o art. 137, § 4º do Regimento Interno, apresentamos a emenda em tela, a qual visa modificar a redação da súmula e do *caput* do artigo 1º, do Projeto de Lei 566/12, os quais passam a contar com a seguinte redação:

○ **"Súmula:** Institui a *Taxa de Fiscalização* do Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias no Estado do Paraná, administradas pelo DER – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná."


**"Art. 1º.** A *Taxa de Fiscalização* do Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias – TFDER é devida pelo exercício regular do poder de polícia do DER-PR relativo à fiscalização e ao controle do uso ou ocupação da faixa de domínio das rodovias sob sua responsabilidade, visando garantir a segurança do trânsito rodoviário, a preservação do meio ambiente e do patrimônio público, nas seguintes hipóteses:"

***Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.***


***Sala das Comissões em 21 de Novembro de 2012.***

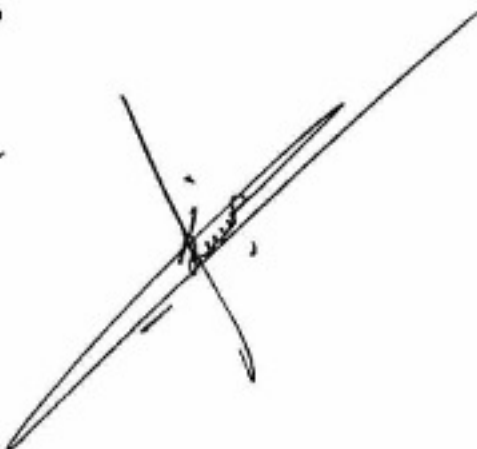
○  
  
**Marcelo Rangel**

**Presidente da Comissão**

  
**Francisco Buhrer**

**Relator**





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER À EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 566/12**

**Projeto de Lei nº 566/12**

**Autores da emenda: Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.**

**Súmula:** Institui a Taxa de Licenciamento para uso ou ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias do Estado do Paraná, administradas pelo DER-Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná.

**EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA VISA ALTERAR O PROJETO DE LEI Nº 566/12. ARTS. 29, 33-A, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL E LEGAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por finalidade instituir a taxa de licenciamento para uso e ocupação da faixa de domínio das rodovias do Estado do Paraná, administradas pelo DER-Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná.

Ocorre que, recebeu Emenda Modificativa, de autoria da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Por esta





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Destarte, as Comissões Permanentes tem competência para apresentar emendas, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 29. A Assembleia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.**

**§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas.  
(grifos nossos)

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso).




*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*





**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Modificativa proposta pela Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em ~~26~~<sup>27</sup> de Novembro de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
Presidente

**DEPUTADO NEREU MOURA**  
Relator


**APROVADO**  
unanimidade 27/11/12

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

3

**REGIME DE URGÊNCIA**



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**PROJETO DE LEI Nº 5671/12**

**Súmula:** Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná – CPICT/PR, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, e dá outras providências.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

**Art. 1º.** Fica criado na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, no nível de direção superior, o Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná – CPICT/PR, órgão colegiado, consultivo, deliberativo e fiscalizador, coordenado pela Secretaria Especial de Relações com a Comunidade.

**Art. 2º.** O Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná – CPICT/PR tem por finalidade possibilitar a participação popular nas discussões, proposições, elaborações e auxílio na implementação e fiscalização das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável dos povos indígenas e comunidades tradicionais que se utilizem da autodefinição ou auto atribuição, segundo a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, promulgada pelo Decreto Federal nº 5.051, de 19 de abril de 2004, como povos e comunidades tradicionais, observando o Decreto Federal 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, os arts. 215, 216, 225, 231 e 232 da Constituição Federal de 1988, bem como artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT e artigos 190 e 191 da Constituição do Estado do Paraná e demais dispositivos jurídicos que tratam do tema.

**Art. 3º.** O Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná – CPICT/PR funcionará como instância de representação e participação popular, tendo como principais atribuições:

I – estabelecer os princípios e as diretrizes da Política Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná;

II – propor a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná;

III – criar e coordenar câmaras técnicas, comitês ou grupos de trabalho compostos por membros integrantes do Conselho e convidados, com a finalidade de promover a discussão e a articulação em temas relevantes para a implementação dos



princípios e diretrizes da Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná;

IV – identificar necessidades, propor medidas, a criação ou modificação de instrumentos necessários à implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação de políticas relevantes para os povos indígenas e comunidades tradicionais do Estado do Paraná e exercício efetivo dos direitos sociais, ambientais, econômicos, culturais e religiosos;

V – elaborar e apresentar, anualmente, ao Secretário Especial de Relações com a Comunidade e ao Secretário de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, relatório circunstanciado de todas as atividades desenvolvidas pelo Conselho no período;

VI – propor a adoção de mecanismos e instrumentos que assegurem a participação e o controle popular sobre as políticas públicas de povos indígenas e comunidades tradicionais, por meio da elaboração do Plano Diretor, programas, projetos e ações, bem como os recursos públicos necessários para tais fins;

VII – propor aos poderes constituídos modificações nas estruturas dos órgãos governamentais diretamente ligados aos povos indígenas e comunidades tradicionais do Estado do Paraná;

VIII – oferecer subsídios para a elaboração de leis atinentes aos interesses de povos indígenas e comunidades tradicionais do Estado do Paraná;

IX – incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo de povos indígenas e comunidades tradicionais no Estado do Paraná;

X – promover o intercâmbio com entidades públicas, particulares, organismos nacionais e internacionais, visando atender a seus objetivos;

XI – pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos que digam respeito ao desenvolvimento sustentável de povos indígenas e comunidades tradicionais do Estado do Paraná;

XII – pronunciar-se sobre matérias que lhe sejam submetidas pelo Departamento de Direitos Humanos e Cidadania – DEDIHC, da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos;

XIII – promover canais de diálogo com a sociedade civil;

XIV – aprovar, de acordo com critérios estabelecidos em seu Regimento Interno, o cadastramento de entidades de representação de povos indígenas e comunidades tradicionais do Estado do Paraná que pretendam integrar o Conselho;

XV – elaborar o Regimento Interno do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Paraná – CPICT/PR e o Plano Diretor de Políticas Públicas de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais em consonância com as





conclusões das Conferências Estadual e Nacional e com os Planos e Programas contemplados no Orçamento Público.

**Parágrafo único.** O Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná- CPICT/PR, poderá estabelecer contato direto com os órgãos do Estado do Paraná, pertencentes à Administração Direta ou Indireta, objetivando o fiel cumprimento das suas atribuições.

**Art. 4º.** O Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná – CPICT/PR será composto por 24 (vinte e quatro) membros e respectivos suplentes, dos quais 50% (cinquenta por cento) serão representantes do Poder Público e 50% (cinquenta por cento) serão representantes de povos e comunidades tradicionais do Estado do Paraná.

**Art. 5º.** Para fins de composição deste Conselho, o Estado do Paraná reconhece como povos indígenas e comunidades tradicionais, aqueles abrigados em sua base territorial de maneira permanente ou transitória e auto definidos como: Benzedeiras e Benzedores, Ciganas e Ciganos, Cipozeiras e Cipozeiros, Comunidades de Terreiro – Religiões de Matriz Africana, Faxinalenses, Ilhéus, Indígenas, Pescadores e Pescadoras Artesanais e Ribeirinhos, Quilombolas, entre outros que se auto reconheçam.

**Art. 6º.** A representação do Poder Público será composta da seguinte forma:

I – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria Especial de Relações com a Comunidade, a serem indicados pelo titular da Pasta;

II – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, a serem indicados pelo titular da Pasta;

III – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a serem indicados pelo titular da Pasta;

IV – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado da Saúde, a serem indicados pelo titular da Pasta;

V – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Economia Solidária, a serem indicados pelo titular da Pasta;

VI – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, a serem indicados pelo titular da Pasta;

VII – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a serem indicados pelo titular da Pasta;

VIII – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado da Educação, a serem indicados pelo titular da Pasta;

IX – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado da





Cultura, a serem indicados pelo titular da Pasta;

X – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a serem indicados pelo titular da Pasta;

XI – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, a serem indicados pelo titular da Pasta;

XII – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, a serem indicados pelo titular da Pasta.

**Art. 7º.** Os representantes dos povos indígenas e comunidades tradicionais serão eleitos e compostos por 12 (doze) representantes titulares e respectivos suplentes, da seguinte forma:

I – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente representando as benzedoiras e benzedores do Estado do Paraná;

II – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente representando os ciganos do Estado do Paraná;

III – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente representando as cipozeiras e cipozeiros do Estado do Paraná;

IV – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente representando as religiões de matriz africana;

V – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente representando os Faxinalenses do Estado do Paraná;

VI – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente representando os indígenas Guarani do Estado do Paraná;

VII – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente representando os indígenas Kaingang do Estado do Paraná;

VIII – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente representando os Caiçaras do Estado do Paraná;

IX – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente representando os Pescadores e Pescadoras Artesanais do Estado do Paraná;

X – 02 (dois) membros titulares e 02 (dois) membros suplentes representando os Quilombolas do Estado do Paraná;

XI – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente representando os Ilhéus.

**Art. 8º.** Serão convidados a participar das reuniões do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná – CPICT/PR, com



direito a voz, sem direito a voto:

I – 01 (um) representante do Ministério Público do Estado do Paraná e seu suplente, a ser indicado anualmente pelo Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná;

II – 01 (um) representante da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, a ser indicado anualmente pelo Diretor da Companhia;

III – 01 (um) representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a ser indicado pelo seu Diretor-Presidente;

IV – 01 (um) representante do Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade – ICMBIO, a ser indicado pelo seu Diretor-Presidente;

V – 01 (um) representante do Ministério Público Federal, a ser indicado pelo Procurador Chefe da Procuradoria da República no Estado do Paraná.

**Parágrafo único.** O Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais – CPICT/PR poderá convidar para participar de suas sessões, com direito a voz, sem direito a voto, representantes de entidades ou órgãos, públicos ou privados, cuja participação seja considerada importante diante da pauta da sessão e pessoas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, possam contribuir para a discussão das matérias em exame.

**Art. 9º.** A eleição dos membros representantes dos povos indígenas e comunidades tradicionais do CPICT/PR será realizada em Assembleia durante as Conferências Estaduais de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, as quais deverão ser realizadas a cada 02 (dois) anos.

**Parágrafo único.** O Regimento Interno disporá sobre as normas para habilitação e realização das eleições dos membros oriundos de povos indígenas e comunidades tradicionais.

**Art. 10.** Caberá aos órgãos públicos e membros representantes dos povos indígenas e comunidades tradicionais a indicação de seus membros efetivos e suplentes, para a devida nomeação pelo Governador do Estado, no prazo a ser estabelecido pela Secretaria de Estado responsável pela execução da Política de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná.

**Art. 11.** O não atendimento ao disposto no artigo anterior, quando se tratar dos membros representantes dos povos indígenas e comunidades tradicionais, implicará na substituição da sua indicação por sua suplente mais votada na ordem de sucessão.

**Art. 12.** Os membros representantes dos povos indígenas e comunidades tradicionais não poderão ser destituídos durante todo o período do mandato, salvo por razões que motivem a deliberação da maioria qualificada do Conselho.

**Art. 13.** Os membros representantes do Poder Público, de livre escolha do Chefe



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

do Poder Executivo Estadual, poderão ser reconduzidos para mandato sucessivo, desde que não exceda a 04 (quatro) anos seguidos.

**Art. 14.** O Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná – CPICT/PR reunir-se-á ordinariamente a cada mês e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou a requerimento da maioria absoluta de seus membros.

**Art. 15.** A organização e o funcionamento do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná serão disciplinados em Regimento Interno, a ser elaborado e aprovado por ato próprio do referido Conselho, no prazo de 90 (noventa) dias, após a posse de seus membros.

**Art. 16.** Os membros do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná – CPICT/PR e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Governador do Estado do Paraná.

**Art. 17.** O mandato dos membros do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná – CPICT/PR será de 2 (dois) anos, permitida 01 (uma) recondução.

**Art. 18.** O desempenho da função de membro do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná – CPICT/PR, que não tem qualquer remuneração ou percepção de gratificação, será considerado serviço relevante prestado ao Estado, com seu exercício prioritário, justificadas as ausências a qualquer outro serviço, desde que determinadas pelas atividades próprias do Conselho.

**Art. 19.** O Poder Executivo do Estado do Paraná arcará com os custos de deslocamento, alimentação e permanência dos Conselheiros e seus acompanhantes não residentes em Curitiba e Região Metropolitana, quando necessário e justificadamente, para o exercício de suas funções.

**Art. 20.** O Poder Executivo deverá arcar com as despesas de realização e divulgação das Conferências Estaduais de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo do Estado do Paraná poderá, conforme disponibilidade orçamentária, custear as despesas dos membros do Conselho, quando necessário e justificadamente, para tornar possível sua presença na Conferência Nacional de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais.

**Art. 21.** As deliberações do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais – CPICT/PR serão tomadas pela maioria simples, estando presentes a maioria absoluta dos membros do Conselho.

**Art. 22.** Ao Presidente do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná – CPICT/PR compete:



- I – representar o Conselho junto a autoridades, órgãos e entidades;
- II – dirigir as atividades do Conselho;
- III – convocar e presidir as sessões do Conselho;
- IV – proferir o voto de desempate nas decisões do Conselho.

**Art. 23.** Todas as reuniões do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná – CPICT/PR serão sempre abertas à participação de quaisquer interessados.

**Art. 24.** O Presidente do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná – CPICT/PR será substituído em suas faltas e impedimentos pelo Vice-Presidente do Conselho, e na ausência simultânea de ambos presidirá o Conselho o seu conselheiro mais antigo.

**Art. 25.** A Presidência do Conselho terá alternância em sua gestão, sendo um mandato presidido por um representante do Poder Público e o outro por um representante da sociedade civil.

**Art. 26.** Ao Secretário Geral do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná – CPICT/PR compete:

- I – providenciar a convocação, organizar e secretariar as sessões do Conselho;
- II – elaborar a pauta de matérias a serem submetidas às sessões do Conselho para deliberação;
- III – manter sistema de informação sobre os processos e assuntos de interesse do Conselho;
- IV – organizar e manter a guarda de papéis e documentos do Conselho;
- V – exercer outras funções correlatas aos objetivos do Conselho.

**Art. 27.** O Secretário Geral do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná – CPICT/PR será eleito pela maioria simples do Conselho.

**Art. 28.** A Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, por intermédio do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania – DEDIHC prestará todo o apoio técnico, administrativo e de infraestrutura, necessários ao pleno funcionamento do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná – CPICT/PR.

**Art. 29.** O Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná – CPICT/PR deverá ser instalado em local destinado pelo Estado,





incumbindo à Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU adotar as providências para tanto.

**Art. 30.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento do Poder Executivo para a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.

**Art. 31.** O primeiro mandato será composto por representantes de povos indígenas e comunidades tradicionais e terá duração até a realização da primeira conferência a ser convocada no prazo de 12 (doze) meses a partir da publicação desta Lei. Os membros da sociedade civil serão indicados através de ata da assembleia especialmente convocada para este fim, de cada segmento dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

**Art. 32.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 12 de novembro de 2012.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

MENSAGEM  
Nº 075 /2012

Curitiba, 12 de novembro de 2012.

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 13 NOV 2012

**1º Secretário**

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em, 12/11/2012,

**Presidente**

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que objetiva criar, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, no nível de direção superior, o Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná – CPICT/PR, órgão colegiado, consultivo, deliberativo e fiscalizador, coordenado pela Secretaria Especial de Relações com a Comunidade.

No Estado do Paraná existem dezenas de povos e comunidades tradicionais que se organizam e auto afirmam-se pela diferença sócio-cultural, são eles: os povos indígenas das etnias Guarani, Xetá e Kaingang, os Quilombolas, as Comunidades de Terreiro (Umbanda e Candomblé), os Faxinalenses, os Ilhéus do Rio Paraná, os Pescadores e Pescadoras Artesanais, as Cipozeiras e Cipozeiros, os Detentores de Ofícios Tradicionais (Benzedeiras e Benzedores), juntos formam a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais.

A invisibilidade social é uma das principais características destes grupos, por isso requerem formalmente reconhecimento da existência e preservação ao modo de vida, de cultura e de seus conhecimentos tradicionais.

Tendo em vista a necessidade de criar um espaço de diálogo institucional e uma Política Estadual para os Povos e Comunidades Tradicionais, o ora apresentado Anteprojeto de Lei propondo a criação do Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná – CPICT/PR tem por objetivo possibilitar a participação popular nas discussões, proposições, elaborações e auxílio na implementação e fiscalização das políticas públicas para o

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.417.520-0

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil  
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

14:47 13/11/2012 087212 Nº ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

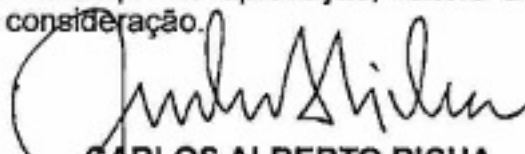




desenvolvimento sustentável dos povos indígenas e comunidades tradicionais que se utilizem da auto definição ou auto atribuição, segundo a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, promulgada pelo Decreto Federal nº 5.051, de 19 de abril de 2004, como povos e comunidades tradicionais, observado o Decreto Federal nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, os arts. 215, 216, 225, 231 e 232 da Constituição Federal de 1988, bem como o artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT e artigos 190 e 191 da Constituição do Estado do Paraná e demais dispositivos jurídicos que tratam do tema.

Diante do exposto, faz-se necessário uma Política Estadual aos Povos e Comunidades Tradicionais, desse modo proponho a essa Casa o presente Anteprojeto de Lei objetivando a criação do Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná.

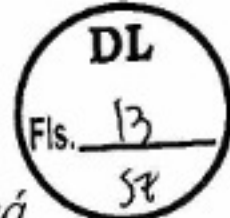
Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 567/2012**

**Projeto de Lei nº. 567/2012**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 075/2012**

**Súmula:** Dispõe sobre a Criação do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.

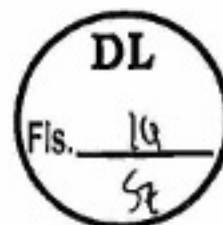
**EMENTA:** CRIA CONSELHO ESTADUAL DE POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO ESTADO NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 33-A E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTs. 65, 66 e 87 DA CE. POSSIBILIDADE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo criar, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, no nível de direção superior, o Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná – CPICT/PR, órgão colegiado, consultivo, deliberativo e fiscalizador, coordenado pela Secretaria Especial de Relações com a Comunidade.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124.** A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Com relação a iniciativa das Leis, ainda, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



**Art. 65.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Inclusive, deve-se destacar que o referido tema é de competência privativa do Governador do Estado, conforme pode ser observado pelos artigos 66, IV e 87, III da Constituição do Estado do Paraná:

**Art. 66.** Ressaivado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

**IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.**

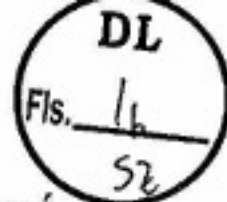
**Art. 87.** Compete privativamente ao Governador:  
(vide ADIN 979-6)

**III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;**

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*




da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que não importará em aumento de despesas aos cofres Públicos.


Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.





**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2012.

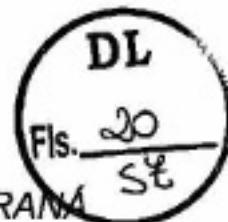
  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ADEMIR TRAIANO  
RELATOR

  
  
  
  
**APROVADO**  
*Unanime 19/11/12*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 567/12**

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, examinar a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 075/12 que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná – CPICT/PR, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, e dá outras providências.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável por meio do Deputado Ademar Traiano.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Registre-se que, as despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento do Poder Executivo para a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 66 e 87 ressalta que a iniciativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Denota-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere aos ditames da Lei Complementar Federal nº 101/00.






ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

Assim sendo, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 20/11/12

  
DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO  
RELATOR ENIO VIRRI







# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA**

**PROJETO DE LEI N. 567/2012**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO – MENSAGEM N. 075/2012**

**RELATOR: DEPUTADO WALDYR PUGLIESI**

Súmula: Dispõe sobre a Criação do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.

**EMENTA: CRIAÇÃO CONSELHO ESTADUAL DE POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS ESTADO DO PARANÁ. SEJU. ART. 33-U REGIMENTO INTERNO. ARTS. 190, 191, 226, CONSTITUIÇÃO ESTADO PARANÁ. POSSIBILIDADE APROVAÇÃO. CDHC.**

## **TRAMITAÇÃO:**

O Projeto de Lei n. 567/12 – Mensagem Governamental n. 075/2012 – foi protocolada nesta Casa de Leis em 12 de novembro de 2012, e recebeu parecer favorável por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça em 19 de novembro.

Após ciência da Diretoria Legislativa, foi encaminhado à Comissão de Finanças, que em 20 de novembro, emitiu parecer favorável, igualmente por unanimidade à proposição.

## **Parecer da CDHC:**

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa define é de competência da Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania:



Art. 33-U Compete à Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania manifesta-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, modificação, extinção ou regulamentação de direitos, individuais e coletivos relativos à pessoa humana e à cidadania, especialmente os instituídos pelo art. 5º da Constituição Federal; bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos.

Desta forma, considera-se totalmente pertinente nossa manifestação nesta proposição que visa instituir mecanismo de participação democrática para promoção dos direitos indígenas e outras populações e comunidades tradicionais que se utilizem da autodefinição ou auto atribuição.

Frisa-se que tais critérios de autodefinição ou auto atribuição (art. 2º da proposição) são definidos nacional e internacionalmente e seguidos pelas políticas públicas afirmativas nacionais.

A Constituição do Estado do Paraná elenca expressamente a proteção dos direitos indígenas, nestes termos:

## CAPÍTULO IX DO ÍNDIO

Art. 226. As terras, as tradições, usos e costumes dos grupos indígenas do Estado integram o seu patrimônio cultural e ambiental, e como tais serão protegidos.

Parágrafo único. Esta proteção estende-se ao controle das atividades econômicas que danifiquem o ecossistema ou ameacem a sobrevivência física e cultural dos indígenas.

Ainda, no tocante ao respeito às manifestações culturais e à promoção dos direitos das diversas etnias existentes em nosso Estado,



a Constituição Estadual também contém dispositivo protetivo que pode ser elencado, nestes termos, como respaldo a presente proposição:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

Parágrafo único. Fica assegurada pelo Estado a liberdade de expressão, criação e produção no campo artístico e cultural e garantidos, nos limites de sua competência, o acesso aos espaços de difusão e o direito à fruição dos bens culturais.

Art. 191. Os bens materiais e imateriais referentes às características da cultura, no Paraná, constituem patrimônio comum que deverá ser preservado através do Estado com a cooperação da comunidade.

Parágrafo único. Cabe ao Poder Público manter, a nível estadual e municipal, órgão ou serviço de gestão, preservação e pesquisa relativo ao patrimônio cultural paranaense, através da comunidade ou em seu nome.

Assim, a criação do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná (CPICT/PR) com natureza **colegiada, consultiva, deliberativa e fiscalizadora**, alocado na estrutura organizacional da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos representa progressivo avanço na institucionalização da política de promoção dos direitos humanos em nosso Estado.



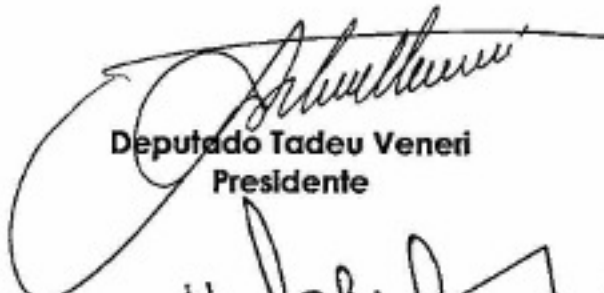
# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

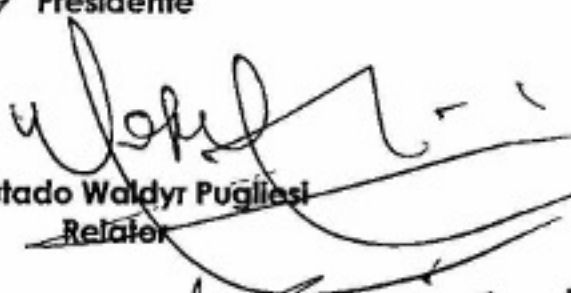
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Desta forma, opina-se pela aprovação da proposição n. 567/2011, de autoria do PODER EXECUTIVO – Mensagem n. 75/2012, pela Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, para sua continuidade e regular tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2012.

  
**Deputado Tadeu Veneri**  
Presidente

  
**Deputado Waldyr Pugliesi**  
Relator